

B

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos" ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile 230, 7º (parte), 10º e 11º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 09.358.105/0001-91, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.285.601, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" ou "CETIP"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

I. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta"), serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 20 de dezembro de 2010 ("AGE").



P

P

X

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da AGE.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a ata da AGE será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico";
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA;
- III. *constituição da Cessão Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo e na Cláusula 6.28 abaixo, inciso VII, alínea (a), a Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo) será formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios", entre a Companhia e o Agente Fiduciário e eventuais outras partes (tal contrato e seus eventuais aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária"), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- IV. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP;
- V. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para, observado o disposto na Cláusula 5.5 abaixo, negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- VI. *dispensa de registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, na forma do artigo 6.º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e



- VII. *dispensa de registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA.*

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) administrar mercados organizados de valores mobiliários, de títulos, de derivativos e de outros instrumentos financeiros ("Ativos"), admitidos a negociação e/ou a registro de negociação previamente realizada; (ii) operacionalizar e manter sistemas de registro de Ativos, de negociação, de registro de operações previamente negociadas, e de compensação, liquidação e de depósito ou custódia de Ativos, nos mercados organizados administrados pela Companhia ("Mercados Organizados") ou nos mercados organizados administrados por outras entidades; (iii) criar e desenvolver os Mercados Organizados, bem como divulgar as alterações introduzidas nos mesmos, com rapidez, amplitude e detalhes; (iv) dotar os Mercados Organizados, de forma permanente, de todos os meios necessários à pronta e eficiente realização e visibilidade das operações; (v) preservar elevados padrões éticos e princípios equitativos de comércio e de negociação para as pessoas que nela atuem, direta ou indiretamente, bem como regulamentar as negociações e dirimir questões operacionais pelas quais estejam interessados os Participantes (conforme definido no artigo 27, inciso (i) do estatuto social da Companhia) dos Mercados Organizados; (vi) fiscalizar o cumprimento, pelos Participantes, das disposições legais e regulamentares, observado o limite de sua atuação; e (vii) participar no patrimônio ou capital social de outras sociedades, que tenham por objeto atividades compatíveis com o objeto da Companhia, a critério do Conselho de Administração.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados para (i) quitação, pela Companhia, de cédulas de crédito bancário emitidas pela Companhia, cujos recursos sejam integralmente utilizados no pagamento, pela Companhia, de parte do preço de aquisição da totalidade das ações de emissão da GRV Solutions S.A. ("GRV" e "Aquisição"); ou (ii) pagamento, pela Companhia, de parte do preço da Aquisição.



5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos", com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e do Banco Votorantim S.A. ("Votorantim" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Itaú BBA e o Santander, "Coordenadores"), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em uma única data.
- 5.3 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.
- 5.4 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo).
- 5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 180 (cento e oitenta) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* Observado o disposto na Cláusula 6.10.1 abaixo, a Emissão será realizada em duas séries, sendo (i) a primeira série composta por 61 (sessenta e uma) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a segunda série



f

A

composta por 119 (cento e dezenove) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série").

- 6.5.1 A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série, ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Instituição Escrituradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Bradesco") ("Instituição Escrituradora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Bradesco ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.10.1 e 6.10.3 abaixo, (i) as Debêntures da Primeira Série serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, consistindo em privilégio geral sobre o ativo da Companhia; (ii) as Debêntures da Segunda Série serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, consistindo em subordinação aos credores quirografários da Companhia, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da Companhia.
- 6.10.1 A Companhia, desde já, e os Debenturistas, no momento da subscrição ou aquisição, conforme o caso, das Debêntures, se manifestam cientes e concordam que, na data em que o Agente Fiduciário confirmar que o limite de emissão previsto no artigo 60, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

H
8

Sociedades por Ações está atendido, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.2 abaixo, as Debêntures da Segunda Série passarão a ser da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, parágrafo 1º, das Sociedades por Ações, e, tendo em vista que as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série passarão a ser iguais e a ter os mesmos direitos, a Emissão deixará de ser dividida em duas séries e passará a ser de série única, e todas as Debêntures serão da espécie com garantia flutuante. Ocorrendo o disposto nesta Cláusula, o Agente Fiduciário deverá enviar comunicação sobre tal confirmação (i) na mesma data da confirmação, à Companhia, à Instituição Escrituradora e ao Banco Mandatário; e (ii) no Dia Útil (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo) subsequente à data da confirmação, aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo.

6.10.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.1 acima, a Companhia e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar a confirmação a que se refere a Cláusula 6.10.1 acima, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de assembleias gerais de Debenturistas, exclusivamente para formalizar (i) a modificação da espécie das Debêntures da Segunda Série para garantia flutuante; e (ii) unificar as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série em uma única série.

6.10.3 Adicionalmente ao disposto na Cláusula 6.10.1 acima, além da garantia flutuante, as Debêntures passarão a ter garantia adicional, consistindo na Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.4 abaixo, na data em que o Agente Fiduciário confirmar que a Cessão Fiduciária foi constituída nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.12 abaixo. Ocorrendo o disposto nesta Cláusula, o Agente Fiduciário deverá enviar comunicação sobre tal confirmação (i) na mesma data da confirmação, à Companhia, à Instituição Escrituradora e ao Banco Mandatário; e (ii) no Dia Útil subsequente à data da confirmação, aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo.

6.10.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.3 acima, a Companhia e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados, da data em que o Agente Fiduciário realizar a confirmação a que se refere a Cláusula 6.10.3 acima, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de assembleia geral de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a constituição da Cessão Fiduciária.

6.11 *Limite de Emissão.* O limite de emissão previsto no artigo 60, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações está atendido, tendo em vista que, (i) com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da Companhia



18

relativas a 30 de setembro de 2010, o valor contábil do ativo da Companhia é de R\$440.066.517,41 (quatrocentos e quarenta milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta e um centavos); (ii) em 30 de novembro de 2010, as dívidas da Companhia garantidas por direitos reais somavam R\$3.857.027,61 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, vinte e sete reais e sessenta e um centavos); (iii) conforme previsto no artigo 60, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações não se aplicam às Debêntures da Segunda Série; e (iv) o valor das Debêntures, que correspondem à única emissão de debêntures da Companhia, é inferior a 70% (setenta por cento) do valor a que se refere o item (i) acima, deduzido do valor a que se refere o item (ii) acima.

- 6.12 *Garantia Adicional.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes desta Escritura de Emissão, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Integralização, deverá ser constituída, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da Companhia (na qualidade de sucessora da GRV) decorrentes de serviços prestados pela Companhia (na qualidade de sucessora da GRV) e decorrentes dos recursos recebidos em pagamento de tais direitos creditórios mantidos em depósito em conta(s) vinculadas(s) ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária"), sendo que a Cessão Fiduciária será eficaz, independentemente de qualquer formalidade adicional, na data de aprovação da Reorganização Permitida (conforme definido na Cláusula 6.28 abaixo, inciso X) pelas assembleias gerais de acionistas da Companhia e da GRV.
- 6.13 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de dezembro de 2010 ("Data de Emissão").
- 6.14 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta ~~Escritura de Emissão~~, o prazo das Debêntures será de 7 (sete) anos, contados da ~~Data de Emissão~~, vencendo-se, portanto, em 29 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento").
- 6.15 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, sendo, na seguinte ordem:
1. 12 (doze) parcelas, cada uma no valor correspondente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 29 de janeiro de 2013 e a última parcela deste inciso devida em 29 de dezembro de 2013;



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

- II. 47 (quarenta e sete) parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,88% (um inteiro e oitenta e oito centésimos por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 29 de janeiro de 2014 e a última parcela deste inciso devida em 29 de novembro de 2017; e
- III. 1 (uma) parcela, no valor correspondente a 2,04% (dois inteiros e quatro centésimos por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

6.16 **Remuneração.** A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

- I. **atualização monetária:** o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado; e
- II. **juros remuneratórios:** sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Sobretaxa**", e, em conjunto com a Taxa DI, "**Remuneração**"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 29 de janeiro de 2011 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI_k , desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

TDI_k = fator da taxa DI_k , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,0000; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

28

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos juros remuneratórios correspondentes ao período em questão ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.16.1 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.16.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.16.2 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal, ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das



28

Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização das assembleias gerais de Debenturistas previstas acima, referidas assembleias gerais de Debenturistas não serão realizadas, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que, até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, nas assembleias gerais de Debenturistas previstas acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, a Companhia obriga-se, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização das assembleias gerais de Debenturistas previstas acima ou em prazo superior que seja definido nas referidas assembleias gerais de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.17 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.18 *Resgate Antecipado Facultativo Total.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, de 15 (quinze) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração,



calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate (que corresponde ao valor do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a 0,58% (cinquenta e oito centésimos por cento).

- 6.19 *Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, de 15 (quinze) Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor da amortização (que corresponde, com relação a cada uma das Debêntures, ao valor da parcela do Valor Nominal objeto da amortização antecipada facultativa, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), calculado da seguinte forma:

I. caso, com relação a cada uma das Debêntures, o valor da parcela do Valor Nominal objeto da amortização antecipada facultativa, somado aos valores das parcelas do Valor Nominal objeto de amortizações antecipadas facultativas que tenham sido realizadas anteriormente, seja igual ou inferior a $\frac{2}{3}$ (dois terços) do Valor Nominal na Data de Emissão, 0,50% (cinquenta centésimos por cento); ou

II. caso, com relação a cada uma das Debêntures, o valor da parcela do Valor Nominal objeto da amortização antecipada facultativa, somado aos valores das parcelas do Valor Nominal objeto de amortizações antecipadas facultativas que tenham sido realizadas anteriormente, seja superior a $\frac{2}{3}$ (dois terços) do Valor Nominal na Data de Emissão:

(a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), com relação ao somatório do valor das parcelas do Valor Nominal que não



28

exceder 2/3 (dois terços) do Valor Nominal na Data de Emissão; e

- (b) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), com relação ao somatório do valor das parcelas do Valor Nominal que exceder 2/3 (dois terços) Valor Nominal na Data de Emissão.

6.20 *Resgate Antecipado Obrigatório Total ou Amortização Antecipada Obrigatória.* A Companhia obriga-se a, com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, de 5 (cinco) Dias Úteis da data de recebimento, pela Companhia, de qualquer valor pago pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG ("FENASEG") a título de indenização decorrente da rescisão do "Contrato de Sub-Licença de Uso de Programa de Computador e Outras Avenças", celebrado em 10 de abril de 2003, entre a FENASEG, a GRV (anteriormente denominada Gravames.com Processamento de Dados Ltda.) e, na qualidade de interveniente anuente, Mega Data Computações Ltda., e do "Contrato de Prestação de Serviços e Outras Avenças", celebrado em 5 de maio de 2004, entre a FENASEG e a GRV (anteriormente denominada Gravames.com Processamento de Dados Ltda.) ("Indenização"), aplicar o valor integral da Indenização (i) no resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (ii) caso o valor integral da Indenização não seja suficiente para realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, na amortização antecipada de parcela do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Os pagamentos a que se refere esta Cláusula não serão acrescidos de prêmio de qualquer natureza.

6.21 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures a serem adquiridas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e, se aplicável, o disposto no artigo 43 da Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela



f

p

R

25

Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

6.22 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.23 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.

6.24 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Dia Útil"), sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

6.25 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.26 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impropriedade no pagamento.

6.27 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo



16

mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.28 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios; quando for o caso, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia ("Controlada"); (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- II. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária:
 - (a) relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento; ou
 - (b) prevista nesta Escritura de Emissão, não relativa às Debêntures, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva data de vencimento, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para as quais o prazo de cura tenha sido expressamente excluído;
- III. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais



28

tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para as quais o prazo de cura tenha sido expressamente excluído;

IV. vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série;

V. não conversão das Debêntures da Segunda Série, da espécie subordinada para a espécie com garantia flutuante, conforme previsto na Cláusula 6.10.1 acima, até 14 de abril de 2011;

VI. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, enquanto as Debêntures da Segunda Série forem da espécie subordinada:

(a) contratação ou realização, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de quaisquer obrigações financeiras onerosas adicionais ou de qualquer outra forma de endividamento adicional, inclusive mediante emissão de títulos e valores mobiliários, de modo que a dívida representada pelas Debêntures da Segunda Série, enquanto sejam da espécie subordinada, não sejam preferidas por quaisquer outras dívidas, exceto pelas obrigações financeiras (i) decorrentes e diretamente relacionadas à Aquisição e/ou oriundas da Reorganização Permitida; ou (ii) cujo valor, individual ou agregado, não exceda R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou

(b) realização, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer prestação de garantia, pessoal ou real, ou cessão fiduciária ou alienação fiduciária, ou de qualquer coobrigação, perante terceiros e/ou qualquer sociedade pertencente conglomerado econômico da Companhia, exceto por eventuais garantias decorrentes e diretamente relacionadas à Aquisição e/ou oriundas da Reorganização Permitida;

VII. relativamente à Cessão Fiduciária e/ou ao Contrato de Cessão Fiduciária:

(a) caso a Cessão Fiduciária não seja constituída nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.12 acima e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou caso as Debêntures não passem a ter garantia adicional, nos termos da Cláusula 6.10.3 acima;

(b) caso a Cessão Fiduciária e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária seja objeto de questionamento judicial pela Companhia e/ou por qualquer terceiro, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento, for constituído reforço e/ou substituição de garantia, que tenha sido previamente aprovado por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo,



8

75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação;

- (c) caso a Cessão Fiduciária e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária seja anulado, ou, de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindido;
- (d) caso a Cessão Fiduciária, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária, não seja reforçada e/ou não atenda aos limites mínimos e/ou valores previstos no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária; ou
- (e) conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, cessão fiduciária, venda, alienação, alienação fiduciária, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pela Cessão Fiduciária), arresto, sequestro ou penhora, em qualquer dos casos desta alínea, voluntária ou involuntariamente, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e/ou dos direitos a estes inerentes;

VIII. caso a Companhia passe a ter controle acionário definido (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, mesmo que após sua aprovação pela CVM;

IX. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;



f

A

8

que a operação tenha ocorrido, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do índice financeiro de alavancagem máxima, decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido na Cláusula 6.28.4 abaixo, inciso II) pelo EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.28.4 abaixo, inciso III);

- XI. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. alteração do estatuto social da Companhia, que resulte na concessão de direito de retirada aos acionistas da Companhia, exceto pelo direito de retirada eventualmente relacionadas a alterações societárias da Companhia decorrentes da Aquisição;
- XIII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na Cláusula 10.1 abaixo e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária é, na data em que foi prestada e/ou na Data de Emissão, falsa ou enganosa, ou, ainda, em qualquer aspecto relevante, incorreta, inconsistente ou incompleta;
- XIV. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer obrigação financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, observados os prazos de cura contratados ou negociados;
- XV. vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia e/ou de qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XVI. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário no prazo legal que o protesto foi efetuado por erro ou inerte de terceiros ou foi cancelado;
- XVII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a



K

K

31

Companhia e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

- XVIII. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial (a) dos ativos da Companhia e/ou de qualquer Controlada e/ou (b) das ações de emissão da Companhia;
- XIX. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de qualquer autorização, concessão, alvará e/ou licença, que venha a afetar de forma significativa o regular exercício, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de suas atividades;
- XX. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- XXI. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto pelo pagamento, em cada exercício social, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio em valor não superior ao dividendo mínimo obrigatório então vigente nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- XXII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, em cada exercício social, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio em valor superior (i) a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações do exercício social de 2011; (ii) 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações do exercício social de 2012; ou (iii) ao dividendo mínimo obrigatório então vigente nos termos da Lei das Sociedades por Ações com relação aos exercícios sociais subsequentes, exceto se o índice financeiro de alavancagem máxima, decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, a ser apurado pela Companhia e revisado pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, observado o disposto na Cláusula 7.1 abaixo, for igual ou inferior a:
- (a) 4,00 (quatro) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de março de 2011 e a 30 de junho de 2011;



f

20

20

20

22

- (b) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de setembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2011;
- (c) 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de março de 2012 e a 30 de junho de 2012;
- (d) 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de setembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2012; e
- (e) 2,00 (dois) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de março de 2013 e às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos trimestres subsequentes; ou

XXIII. não observância, pela Companhia, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados pela Companhia e revisados pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, observado o disposto na Cláusula 7.1 abaixo:

- (a) do índice financeiro de alavancagem máxima, decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a:
 - (i) 4,50 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de março de 2011 e a 30 de junho de 2011;
 - (ii) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de setembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2011;
 - (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de março de 2012 e a 30 de junho de 2012;
 - (iv) 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da



23

24

- 6.28.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.28.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou na referida assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures



A 10x10 grid of dots forming a stylized letter 'A'. The 'A' is composed of black dots on a white background. The top bar is 8 dots wide, the middle bar is 6 dots wide, and the vertical strokes are 2 dots thick. The total width is 10 dots and the total height is 10 dots.

4

✓

78

da Segunda Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

6.28.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.28.4 Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicam-se as seguintes definições:

- I. "CAPEX": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o valor do total de caixa líquido utilizado na aquisição de ativos permanentes relativo aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, informado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidado;
- II. "Dívida Líquida": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório dos saldos das dívidas consolidadas da Companhia, incluindo dívidas perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, coobrigações, avais ou fianças, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas, ~~menos~~, as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;
- III. "EBITDA": significa com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o lucro da Companhia relativo aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, antes de juros, tributos, amortização, depreciação e despesas relacionadas com plano de



28

- 6.30 **Comunicações.** Todas as comunicações realizadas nos termos desta ~~Escritura~~ de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de



18

indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Av. Brig. Faria Lima 1663, 2º andar
01452-001 São Paulo, SP

At.: Sr. Francisco Carlos Gomes
Sr. André Milanez
Telefone: (11) 3111-1418
Fac-símile: (11) 3111-1553
Correio Eletrônico: franciscogomes@cetip.com.br
andremilanez@cetip.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: marcelo@pentagonotrustee.com.br
trustee@pentagonotrustee.com.br

III. para a Instituição Escriutadora e o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
06029-900 Osasco, SP

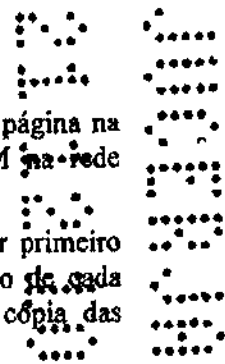
At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli
Telefone: (11) 3684-7654
Fac-símile: (11) 3684-2714
Correio Eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ou na página da CVM na rede mundial de computadores:

- (a) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das



Handwritten signature or mark.

Handwritten mark or signature.

23

- II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- ciência ou
respeito da
nto, ou de
acidade da
mos, desta
lucária; ou
notificação,



K

78/8

judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento;

(d) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário; e

(e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos;

- III. informar o Banco Mandatário sobre a realização de qualquer pagamento antecipado em decorrência do disposto nas Cláusulas 6.18, 6.19, 6.20 e/ou 6.28.3 acima, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- IV. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debituristas as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- V. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- VI. manter os ativos operacionais relevantes da Companhia e das Controladas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Companhia;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VIII. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND, arcando com os respectivos custos;
- IX. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo o Agente



Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

Handwritten mark.

29

Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, os bancos centralizadores da Cessão Fiduciária, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);

- X. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XI. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XII. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, na mesma data de sua divulgação pelo Agente Fiduciário, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XVIII; e
- XIII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XIV. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- XVI. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras estabelecidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na rede mundial de computadores as demonstrações financeiras consolidadas da



Handwritten signature.

Handwritten mark.

40

Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;

- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente aos Coordenadores; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;



Handwritten signature.

Vertical stamp with the text "RECEBUE" and a date "29/01/2002".

Handwritten letter 'A'.

af

- VII. verificou o atendimento, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. verificará a constituição da Cessão Fiduciária nos termos da Cláusula 6.12 acima, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- IX. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- X. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e
- XIII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.4 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, especialmente convocadas para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de



R

28

Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;

- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e pela assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pelas assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) as assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas, nos termos das Cláusulas 6.29 e 6.30 acima; e



R

23

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) adicional, em caso de vencimento antecipado das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures, equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega pelo Agente Fiduciário e aprovação, pela Companhia, do relatório de horas, referente às seguintes atividades: (i) assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Companhia; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Companhia e/ou Debenturistas e/ou assembleias gerais de Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas;
- (c) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (d) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (e) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, (casos em que a remuneração



K

P

A

uz

- II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas, sempre que possível, pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário ~~verifica~~ ^{verifica} a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de



1

para o
os, legais,
verifica a
despesas
aprovadas
créditos, e
despesas
de seus
ações de
.....

K

HT

terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, exceto por aqueles previstos na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (d); e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60, parágrafo 1º, alínea (a), da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, e conforme previsto na Cláusula 6.10.1 acima;



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

- 8
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e o registro da Cessão Fiduciária e as respectivas averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. verificar a regularidade da garantia flutuante e da Cessão Fiduciária, bem como o valor da garantia flutuante e da Cessão Fiduciária, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- XII. examinar proposta de substituição da Cessão Fiduciária, manifestando sua expressa e justificada concordância, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- XIII. intimar a Companhia a reforçar a Cessão Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XV. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XVI. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo, e enviar à CVM, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XVII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVIII. elaborar e enviar à Companhia, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo legal, relatório anual destinado aos

8

Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia;
- (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da garantia flutuante e da Cessão Fiduciária; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIX. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVIII acima, até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM;

XX. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.29 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a



48

- 
- 37
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE
OFFICE OF THE INSPECTOR GENERAL

principal e
ia, executar
integral ou
as reais;
que os

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. observadas as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária, executar a Cessão Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

- 8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.28, 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocadas assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e da maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação.
- 8.7 A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.
- 8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.29 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de



convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série ou das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, caberá aos Debenturistas da Primeira Série e aos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas (i) em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série dependerão de aprovação de Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação; ou (ii) em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.16.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.10.1 e 6.10.3 acima; (g) da Cessão Fiduciária; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas à Cláusula 6.18 acima; (j) das disposições



relativas à Cláusula 6.19 acima; (k) das disposições relativas à Cláusula 6.20 acima; ou (l) de qualquer Evento de Inadimplemento.

- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Companhia, qualquer Controlada ou qualquer coligada à Companhia; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes (observado o disposto na



R

58

- m prejuízo
todas as
to, pelos
vidades e
vidades da
q. (b) foi

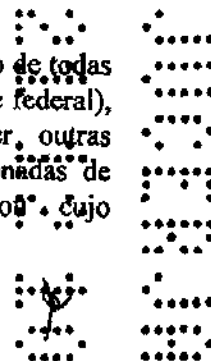


✓

328

elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;

- XI. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- XII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência exclusivamente em relação à Companhia foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XIII. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- XIV. as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XV. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- XVI. está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo



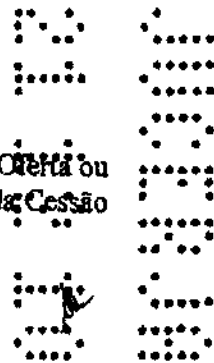
K

descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;

- XVII. possui, assim como suas Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- XVIII. inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária;
- XIX. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM; e
- XX. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
- 10.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência, imprecisão, incorreção ou insuficiência de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente, na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e da Cessão



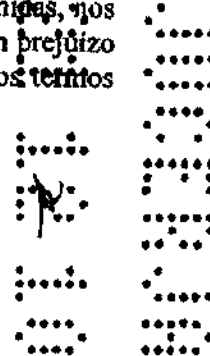
R

3

Fiduciária, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário, dos bancos centralizadores da Cessão Fiduciária e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e à Cessão Fiduciária.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.



3

13. FORO

- 13.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2010.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Handwritten signature or mark.



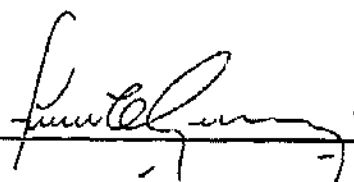
RECEITA
FEDERAL DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
E CONTAS

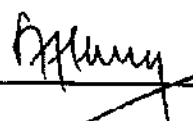
Handwritten mark or signature.

28

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Página de Assinaturas 1/3.

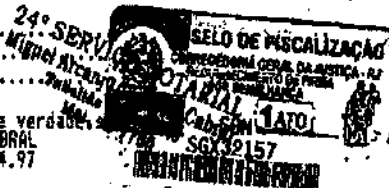
CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS


Nome: _____
Cargo: _____
Francisco Carlos Gomes
Diretor Financeiro, Corporativo e de
Relações com Investidores


Nome: _____
Cargo: _____
Luiz Fernando Vendramini Fleury
Diretor Geral

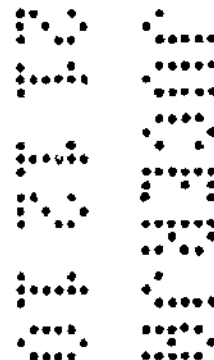
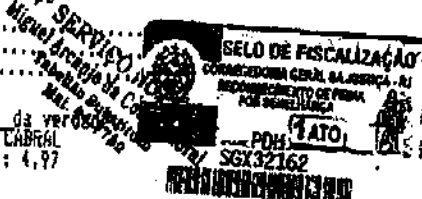
24º OFÍCIO DE NOTAS - JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139- Loja C Tel:3353-6021
Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) de
FRANCISCO CARLOS GOMES.

Selo n. 56X32157
Rio de Janeiro, 20/12/2010. Em testemunha da verdade
158-MIGUEL ARCANJO DA COSTA CABRAL
ESCRIVENTE - Reconhecimento de firma(s): 4,97



24º OFÍCIO DE NOTAS - JOSE MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 139- Loja C Tel:3353-6021
Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) de
LUIZ FERNANDO VENDRAMINI FLEURY.

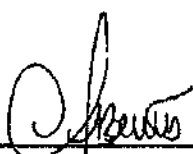
Selo n. 56X32162
Rio de Janeiro, 20/12/2010. Em testemunha da verdade
159-MIGUEL ARCANJO DA COSTA CABRAL
ESCRIVENTE - Reconhecimento de firma(s): 4,97



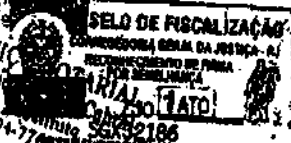
*

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Página de Assinaturas 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: ALESSANDRA BENTES SARAIVA
Cargo: PROCURADORA

24º OFÍCIO DE NOTAS - JOSÉ MARIO PINHEIRO JUNIOR
Av. Almirante Barroso, 139-2º andar
Reconheço por Semelhança a(s) assinatura(s) de SERVIDOR
ALESSANDRA BENTES SARAIVA.....
.....
.....
Selo a. 86X32185
Rio de Janeiro, 20/12/2010. Em testemunho.
158-MIGUEL ARCANJO DA COSTA CARVAL
ESCREVENTE - Reconhecimento de firma(s): 4.37





20101220

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Celso Vaz
Nome: Andre Veiga Milanez
Id.: 27.681.961-5
CPF/MF: 272.694.978-83

Mica Estrella
Nome: Mica Estrella Rodrigues
Id.: 70932 0000RS
CPF/MF: 854325407-10

Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) de
ANDRE VEIGA MILANEZ
Selo n. 56132172
Rio de Janeiro, 20/12/2010. Em testemunho
158-MIGUEL ARCANJO DA COSTA CABRAL
ESCREVENTE - Reconhecimento de firma(s): 4,97

24o OFICIO DE NOTAS - JOSE MARIO PINHEIRO JUNIOR
Av. Almirante Barroso, 139 - Loja C Te
Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) de
MICA RAMOS ESTRELLA RODRIGUES
Selo n. 56132179
Rio de Janeiro, 20/12/2010. Em testemunho
158-MIGUEL ARCANJO DA COSTA CABRAL
ESCREVENTE - Reconhecimento de firma(s): 4,97

